
A ADCE — ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESA DO BRASIL — REUNIDA EM SEU VI CONGRESSO NACIONAL, EM MAIO DE 84, NA CIDADE DE NOVA FRIBURGO—RJ, POR MEIO DE SEUS ASSOCIADOS—EMPRESÁRIOS E DIRIGENTES DE EMPRESA —
APROVA, AO FINAL DO CONGRESSO, A

Carta de Nova Friburgo

Entregue à Presidência da República, em 31/05/84, em audiência especial concedida ao Conselho Diretor Nacional da ADCE/UNIAPAC BRASIL

POR UM PACTO SOCIAL PARA O BRASIL

A consideração da realidade brasileira atual encontra seu resumo numa única palavra — **CRISE**. Não se duvida de que ocorre, em qualquer área de atuação da comunidade brasileira e em qualquer nível ou segmento que se queira contemplar, uma perigosa insegurança, que decorre da perda de balizamentos e de critérios.

Daí uma **crise econômica**, caracterizada por uma inflação insuportável, por uma recessão esterilizada e por uma dívida externa asfixiante. Daí uma **crise social**, composta por desemprego que atinge limites perigosos, por marginalidade, por pauperismo, por consideráveis desníveis sociais e regionais, por concentração populacional nos grandes centros urbanos. Daí uma **crise moral**, tipificada na perda do sentido de valores autênticos, que conduz a um distanciamento entre as palavras e àquilo que elas deveriam traduzir e se concretiza numa corrupção em nível desmoralizante, mas, acima de tudo, numa corrupção que permanece impune. Daí uma **crise política**, marcada pelo distanciamento entre a credibilidade do sistema de poder e a legitimidade que decorre do apoio popular.

Diante desse quadro, impõe-se uma tomada de posição de toda a Comunidade Brasileira, para a elaboração de um amplo projeto, capaz de resgatar nosso futuro, colocado em risco. Tal tarefa passa, necessa-

riamente, por um esforço de busca de nossa própria identidade que se encontra nas raízes autênticas da nacionalidade brasileira.

Raízes históricas, cheias de cordialidade e solidariedade e que incluem: um processo de desenvolvimento econômico, que se baseou sempre em modelo primário-exportador e que, dentro da etapa de industrialização, apenas reforçou a tendência ao elitismo pela implantação de um projeto altamente concentrador; por uma consciência nacional que tem permitido, sempre que necessário, a ruptura com situações de privilégios e de injustiça.

Raízes sociais que explicam tantas características da nacionalidade brasileira: o paternalismo, nascido do sentido feudal de que se revestia o latifúndio agrícola; o espírito de iniciativa e aventura, típico da atividade pecuária; a solidariedade, exigida pela atividade tenaz e diuturna do trabalho na lavoura; a alegria e a espontaneidade. A ruptura apontada tem encontrado sempre, em seus diferentes momentos, suas bases nessas características sociais.

Raízes religiosas, que se alicerçam firmemente no ensinamento católico, que rejeita o individualismo e promove o sentido comunitário, por suas fundamentações teológicas e por sua prática sacramental.

A partir da identificação da crise brasileira e da ruptura com uma situação insustentável é que os Empresários reunidos em Congresso Nacional da ADCE, alertam e reclamam pela urgência da elaboração de um Projeto capaz de garantir nosso futuro, com as características de um PACTO SOCIAL.

PACTO SOCIAL que não deverá ser simples carta de intenções, mas definição de critérios e objetivos claramente voltados para as aspirações autênticas e as indiscutíveis necessidades da comunidade nacional.

PACTO SOCIAL que deverá mobilizar toda a nação em torno de soluções possíveis para problemas que já são insuportáveis, embora as reservas de maturidade e paciência do povo brasileiro possam estar causando ainda impressão tranqüilizadora.

PACTO SOCIAL que deverá ter conteúdo e método de desenvolvimento específicos.

1. NA ÁREA ECONÔMICA

- combate tenaz à inflação, certamente em novas bases
- reativação judiciosa da economia
- expansão do mercado interno
- implantação urgente de medidas destinadas a reduzir e superar os brutais desníveis setoriais e regionais na sociedade brasileira
- estabelecimento de um modelo de pagamento de nossa dívida externa, que não comprometa nossa soberania e nosso futuro
- valorização do trabalho produtivo com repúdio da situação atual de usura imperante e de desvio de recursos financeiros para atividades especulativas
- fortalecimento da iniciativa privada, valorizando o capital de risco imprescindível à geração de novos empregos.

2. NA ÁREA EMPRESARIAL

- implantação de uma empresa solidária em que, de forma concreta, se priorize o trabalho sobre o capital e se sobreponha o homem aos recursos materiais ou financeiros
- autonomia sindical autêntica e o reconhecimento pleno de um direito de greve responsável
- luta por uma política nacional de emprego
- revisão indispensável da política salarial e da Consolidação das Leis do Trabalho
- reforma corajosa da Previdência Social.

3. NA ÁREA LEGISLATIVA

- devolução ao Congresso Nacional de prerrogativas que lhe são próprias e lhe foram subtraídas, particularmente a reforma constitucional e o controle orçamentário
- reforma tributária e fiscal, que re-dima o Município e o Estado de sua atual posição caudatária
- reforma fundiária.

4. NA ÁREA POLÍTICA

- restabelecimento da legitimidade do sistema de poder pelo apoio popular conquistado livremente
- eleições diretas em todos os níveis, particularmente na indicação do próximo presidente da República, com vistas à escolha de uma liderança legítima, confiável, de passado impoluto, capaz de galvanizar a vontade nacional e dela exigir os sacrifícios que certamente serão necessários para a superação de nossos graves problemas sociais
- reformulação da atual legislação partidária
- extensão ao analfabeto do direito de voto.

PACTO SOCIAL que deverá ter **método próprio** de desenvolvimento, fundado principalmente na busca de saída para conflitos que ultrapasse o autoritarismo injustificável, o radicalismo de grupos e os personalismos interesseiros; na compreensão da importância de transigência, para criar confiança e convivência e para possibilitar a convergência e o consenso; na supressão da irresponsabilidade que alimenta o aventureirismo e da impunidade que estimula a corrupção; na retomada do comportamento ético no trato da coisa pública, associado ao compromisso inequívoco da austeridade e eficiência na gestão das empresas e projetos estatais.

O que se quer é uma ampla mobilização da Nação Brasileira e de suas lideranças em torno de princípios e de meios de ação, concretizada em programa que permita superar os impasses existentes e promova o reerguimento e a reconciliação nacionais, tendo como base os princípios da Doutrina Social Cristã.

Dessa mobilização deverão participar necessariamente todas as lideranças conscientes e responsáveis:

- **LIDERANÇAS SINDICAIS** autênticas e significativas, sem qualquer compromisso político ou ideológico, para permitir-lhes maior independência e efetiva participação.

- **LIDERANÇAS EMPRESARIAIS** esclarecidas e abertas para a compreensão de que o mundo do trabalho já exige a integração de todos os participantes da empresa na tarefa que desenvolvem em comum, a serviço da comunidade.

- **LIDERANÇAS POLÍTICAS** empenhadas na redução do contraste entre a legalidade da posição que ocupam e a legitimidade que decorre do apoio popular, vinculado ao atendimento das aspirações profundas da nacionalidade, por uma atividade legislativa e executiva claramente comprometida com o bem comum.

Dessa forma, estaremos trabalhando todos para construir juntos uma sociedade mais livre, mais justa, mais humana, mais participativa, fundada na libertação e na valorização do homem brasileiro e na afirmação soberana do Brasil.



UNIAPAC BRASIL

CAIXA POSTAL 22.124 - 01499 SÃO PAULO-SP